

no que era uma casa eminentemente política. Quanto ao seu requisi-
mento, disse que era um documento técnico, dispondo sobre pedras de in-
formações quanto a localização de "outdoors" em espaços públicos, não
havendo nenhuma conotação política. Ressentou que a questão política
iria surgir em época de eleições, quando iriam aparecer as fotos
de candidatos em "outdoors", e que não havia qualquer problema. Indagou se
haviam sido olhados os retratos dos políticos que haviam surgido
nas últimas eleições, colocados em "outdoors" próximo a locais de
biquéria. Disse que não fizera política com seu requerimento rejeitado,
quanto tirou a máquina e microfone em rádios e espaços em jornais
para fazer política, o que não venha praticando, mais, se a biquéria
não era política, não era como político. Em adendo, disse que iria sol-
licitar informações junto a Secretaria de Administração como qual era
a situação, com o prazo de trinta dias para atendimento e caso con-
trário questionar o Ministério Público, no que encerrou sua fala.
Sua mesa havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou a
presente sessão em nome de Deus. E, para constar, mandou que se
lavrasse a presente Ata, que depois de lida, submetida a aprecia-
ção Plenária, aprovada, para assinada para que produza seus
efeitos legais

[Handwritten signature]

Ata da 1ª Sessão Ordinária
do Segundo Período Legislativo da
Câmara Municipal de Cabo Frio,
realizada no dia cinco e um de
agosto do ano de mil novecentos
e noventa e nove

As dez e sete horas do dia cinco e um
de agosto do ano de mil novecentos e noventa e nove, sob a Presidência
do Sr. Vereador Braz Benedito Arcanjo Filho, e em su-
presença da Humana Secretária "ad hoc" Sr.ª Manoel Estina

da Silva Filho, reuniram-se Ordinariamente a Câmara Municipal de Cabo
São Aleixo dezes, responderam a chamada regimental os seguintes
Vereadores: Ayra Silva do Rocha, Adalton Pinto de Andrade, Antônio An-
tos de Carvalho Grande, Edson Silva Bagalhães, Gustavo Antônio Guimaraes
Piranga, Jânio das Contas Rezende, Rogério Grande de Carreio, Maria
Auxiliadora Ramos Mônica, Milton Roberto Pereira de Souza, Osmar Cam-
pus do Silva, Silas Rodrigues Bento, Volney Rodrigues da Silva, e Eldir
Aurônio de Aguiar Neto. Fazendo número regimental, o Senhor Pre-
sidente em exercício declarou aberta a presente sessão em nome de
Deus. A seguir, foi lido e aprovada a seguinte Ata: Ata da Sétima
Sessão Ordinária do Segundo Período Legislativo. A seguir, o Senhor
Presidente, após o cumprimento do rito regimental, subleu ao Se-
nhor Primeiro Secretário "ad hoc" a leitura do Expediente que con-
stituiu do seguinte: requerimento nº 110/99 de autoria do Vereador,
Edson Silva Bagalhães, assunto: Solicita a delimitar a instalação
de um telefone público na rua "F" antiga estrada do interior, quadra
5, lote 10, rodovia Amaral Furcoto, Km 134, Unamar, Indi-
cação nº 123/99 de autoria do Vereador Silas Rodrigues Bento,
assunto: Solicita ao Excmº Sr. Prefeito Municipal a pavimentação
dos trechos restantes da rua Amar Fontoura, no Bairro Baço,
Indicação nº 124/99 de autoria do Vereador Silas Rodrigues Ben-
to, assunto: Solicita ao Excmº Sr. Prefeito Municipal manutenção
do nível de terras baixas no Bairro Jardim Esperança, Indica-
ção nº 125/99 de autoria da Vereadora Maria Auxiliadora Ramos
Mônica, assunto: Solicita ao Excmº Sr. Prefeito Municipal ilumi-
nação pública na rua Arquieca, Bairro São, Indicação nº 127/99
de autoria do Vereador Edson Silva Bagalhães, assunto: Solicita
ao Excmº Sr. Prefeito Municipal reforma do acostamento da ro-
dovia Amaral Furcoto, no trecho compreendido entre o quarte-
l do Baze Géica até o Bairro Santo Antônio. Determinada a leitura
do Expediente, o Senhor Presidente em exercício transcreveu a
tribuna aos Vereadores inscrites, não havendo Sócios inscrites
o Senhor Presidente em exercício concluiu os trabalhos para a:

Ordem do Dia. Nesta etapa, foram aprovadas as seguintes matérias:
 foi aprovado o requerimento nº 110/99, o requerimento nº 123/99, 124/99
 e 125/99. Foi rejeitado o pedido do autor a Indicação nº 121/99, comu-
 nada a Ordem do Dia, o Senhor Presidente em reunião pública de-
 buro para a implantação pessoal. Depois a tribuna em implantação pessoal
 o Vereador João dos Santos Mendes comentando que o Vereador Murilo
 Ripal insistia em desrespeitar o Artigo das Disposições transitórias
 da Lei Orgânica do Município. Relato a seguir, que dois candidatos, ha-
 viam conseguido sua mandato de segurança a intervir no Concurso
 Público sem o pagamento de taxa, visto serem desempregados e
 beneficiados pelo Artigo 20 do Estado. Disse que tal prática era na ver-
 dade um flagrante desrespeito a legislação, com o Senhor Prefeito im-
 plantando a ditadura do "bura mão", quando os cidadãos eram
 humilhados em longas filas para um audiência conseguirem fa-
 zer valer direitos. Lamentou o que considerava a irresponsabilidade
 da liderança do Governo no caso, fazendo "curdas manças" e não
 levando ao Chefe do Executivo os apelos para que fosse respeita-
 da a Lei Orgânica do Município. Lamentou que nem todos os candi-
 datos desempregados tivessem esclarecimentos suficientes para se
 comportarem na fila, considerando tal procedimento algo mal-
 planejado, e assim, se colocara a disposição de todos aqueles que
 se considerassem agredidos por um Governo, por isso falou a
 seguir das notícias divulgadas pela televisão em dois domín-
 gos seguidos, dos chamados "bingos de Pabo Inio", envolvendo
 no escândalo nacional, e assim não podia fingir que tais fatos
 aconteciam no Rio de Janeiro ou na Florida. Analizando, disse ter conheci-
 do enfermidades quanto aos valores da quitação, imbuído na
 mente de voltar a tribuna, depois a tribuna em implantação pessoal, o Vereador
 Manoel Galvão da Silva Filho, falando que o momento é eclético com
 os senhores agredidos para a autenticação e avaliação do mandato,
 e assim, comemorar pelas vendas da objetividade, desvendando e
 aprimorando pela experiência o seu trabalho como legislador, em primei-
 ra ordem o mandato de segurança comentou sobre a elaboração do Documento, pa-

titulando uma participação mais forte do Vereador, não se limitando apenas a Comissões dirigidas a Lei de Diretrizes Orçamentárias, destacando sua importância na definição no Orçamento a saber para bolsas de estudo para o exercício de 2000, atendendo a estudantes e especialmente os que buscavam a Universidade. Opinou que o Orçamento participativo deveria ser executado na plenitude do mandato e livre essência da comunidade sublinhado pelo fato. Disse ser importante a participação de Vereador da oposição, que já exercea a titularidade da Secretaria Municipal de Fazenda, combinando com tal experiência para que oposição e Governo integrados pudessem produzir a Lei Orçamentária que atendesse a expectativas do município principalmente quanto a área social, no que encontrou sua falha. Deixou a tribuna em explicação pessoal a seguir, o Vereador Antônio Antônio Guimarães Brito, manifestando sua sólida amizade ao discurso do Vereador Jânio dos Santos Mendes e ainda, afirmando que o "Rugby Phases" de Cabo Frio, transgredia frontalmente a Lei quando não atinha ao preceito legal do Artigo das Disposições Transitórias da Lei Orgânica do Município, como bem implicava o seu colega de Bancada. Disse que faltava sensibilidade política ao Prefeito Alair Corrêa e o desejo de ajudar centenas de desempregados no Município de Cabo Frio. Disse que segundo se sabia cerca de cinco mil candidatos já haviam sido inscritos, e que na preparação de trinta reais por inscrição, cento e cinquenta mil reais já haviam sido recolhidos aos cofres da Municipalidade e que por certo seria encher todos das tais bolsas de estudos defendidas pelo líder do Governo, no que encontrou sua falha. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou a presente sessão em nome de Deus. Para constar, mandou que se lavrasse a presente ata, que depois de lida, submetida a apreciação plenária, aprovada, seja assinada para que produza seus efeitos legais.

[Handwritten signature]